



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**



**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

**MARÇO 2010**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Rio Branco/AC, 29/03/2010

## **Lista de Abreviações e Siglas**

**CGU – Controladoria Geral da União**

**DN – Decisão Normativa**

**DPF – Departamento de Polícia Federal**

**IN – Instrução Normativa**

**IPL – Inquérito Policial**

**LOA – Lei Orçamentária Anual**

**PAC – Programa de Aceleração do Crescimento**

**PIB – Produto Interno Bruto**

**Port. – Portaria**

**PPA – Plano Plurianual**

**SR – Superintendência Regional**

**RG – Relatório de Gestão**

**SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais**

**SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal**

**SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos**

**SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento**

**TCU – Tribunal de Contas da União**

**UG – Unidade Gestora**

**UO – Unidade Orçamentária**

**COF – Coordenação de Orçamento e Finanças**

## **LISTA DE TABELAS, RELACÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.**

<b><u>Título</u></b>	<b><u>Página</u></b>
Quadro 01 – Identificação .....	08
Quadro 02 – Identificação das Unidades Orçamentárias responsáveis pelo programa da Unidade.....	13
Quadro 03 – Dados do Programa 0662 – Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações.....	13
Quadro 04 - Dados Gerais da Ação 2679 .....	16
Quadro 05 - Dados Gerais da Ação 2720 .....	17
Quadro 06 - Dados Gerais da Ação 2726 .....	18
Quadro 07 - Dados Gerais da Ação 4572 .....	19
Quadro 08 - Dados do Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal e suas Ações.....	20
Quadro 09 - Dados Gerais da Ação 5022 .....	21
Quadro 10 - Dados Gerais da Ação 8979 .....	21
Quadro 11 - Dados do Programa 0750 – Apoio Administrativo .....	22
Quadro 12 - Dados Gerais da Ação 2000 .....	22
Quadro 13 - Dados Gerais da Ação 2003 .....	24
Quadro 14 - Dados do Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI .....	25
Quadro 15 - Dados Gerais da Ação 8375 .....	25
Quadro 16 - Despesas por Modalidade de Contratação UG 200380.....	27
Quadro 17 - Despesas por Modalidade de Contratação UG 200381 .....	27
Quadro 18 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa UG 200380 .....	29
Quadro 19 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa UG 200381 .....	30
Quadro 20 - Evolução de Gastos Gerais UG 200380 .....	30
Quadro 21 - Evolução de Gastos Gerais UG 200381 .....	30
Quadro 22 - Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa UG 200380 .....	34
Quadro 23 - Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa UG 200381 .....	34
Quadro 24 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.....	36
Quadro 25 - Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade – UG 200380.....	36
Quadro 26 - Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade – UG 200381 .....	36
Quadro 27 - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2009.....	46
Quadro 28 - Composição do Quadro de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009 .....	46
Quadro 29 - Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009 UG -200380 .....	49
Quadro 30 - Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009 UG -200381 .....	49
Quadro 31 - Relatório de cumprimento das deliberações do TCU Contas 2006.....	52
Quadro 32 - Relatório de cumprimento das deliberações do TCU Contas 2007.....	55
Quadro 33 - Declaração do Responsável pela Área de Contratos .....	57
Quadro 34 - Declaração do Contador .....	58

## Sumário

INTRODUÇÃO.....	6
PARTE A – CONTEÚDO GERAL.....	6
1 – INFORMAÇÕES GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO .....	8
2 – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA .....	10
2.1 – RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS.....	10
2.1.1 – Objetivos Estratégicos.....	12
2.2 – ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS .....	13
2.3 – PROGRAMAS E AÇÕES SOB RESPONSABILIDADE DA UNIDADE .....	15
2.3.1 – Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade.....	15
2.3.1.1 – Ação 2679 - Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos .....	16
2.3.1.2 – Ação 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública.....	17
2.3.1.3 – Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União .....	18
2.3.1.4 – Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação .....	19
2.3.2 – Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal .....	20
2.3.2.1 – Ação 5022 - Construção do Edifício-Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Acre .....	20
2.3.2.2 – Ação 8979 - Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal .....	21
2.3.3 – Programa 0750 - Apoio Administrativo.....	22
2.3.3.1 – Ação 2000 - Administração da Unidade.....	22
2.3.3.2 – Ação 2003 - Ações de Informática .....	24
2.3.4 – Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI .....	24
2.3.4.1 – Ação 8375 - Campanha de Desarmamento .....	25
2.4 – DESEMPENHO OPERACIONAL.....	27
2.4.1 – Evolução das despesas .....	27
2.4.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação UG 200380.....	27
2.4.1.2 - Despesas por Modalidade de Contratação UG 200381.....	27
2.4.1.3 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – UG 200380 .....	34
2.4.1.4 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – UG 200381 .....	34
2.4.1.5 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesas – UG 200380.....	34
2.4.1.6 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesas – UG 200381 .....	34
2.4.1.7 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.....	36
2.4.2 – Execução Física das ações realizadas pela UJ.....	43
2.4.3 – Indicadores de desempenho .....	43
2.4.4 – Análise do desempenho.....	44
3 - RECURSOS HUMANOS .....	46
4 - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS .....	49
5 – INFORMAÇÕES SOBRE RESTOS A PAGAR - 2009.....	49
6 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE, TERMO DE PARCERIA OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES .....	51
7 – PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA.....	51
8 – FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS .....	51
9 – RENÚNCIA TRIBUTÁRIA .....	51
10 – OPERAÇÕES DE FUNDO .....	51
11 – DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO .....	52
11.1 – RECOMENDAÇÕES DA CGU .....	52
11.2 - DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU .....	52
12 – ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS EM 2009.....	53
13 – DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL PELOS CONTRATOS E CONVÊNIOS.....	57
14 – DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL .....	58
15 – OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS, PELOS RESPONSÁVEIS, RELEVANTES PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO.....	58



## **INTRODUÇÃO**

O objetivo do presente relatório é de apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Acre no ano de 2009, de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

A estrutura do conteúdo geral deste Relatório está de forma seqüencial segundo os itens relacionados no Anexo II, DN TCU nº 100/2009, ou seja: informações gerais de identificação, gestão orçamentária, recursos humanos, informações sobre restos a pagar, determinações e recomendações dos órgãos de controle interno e externo e declaração referente ao registro de contratos no sistema SIASG.

Os itens referentes a reconhecimento de passivos, transferências de recursos, previdência complementar, fluxo financeiro de projetos, renúncia tributária, operações de fundos, registro de atos de admissão, desligamentos e aposentadorias não se aplicam à natureza jurídica da Superintendência Regional, não tiveram ocorrências no período ou são executados pelo órgão central, Unidade Orçamentária da UG.

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Acre está estruturada em três (03) Unidades Operacionais, composta pela Sede da Superintendência, por duas (02) Delegacias de Polícia Federal em Epitaciolândia e Cruzeiro do Sul, além de quatro (4) Postos de Controle de Fronteiras, sendo estes localizados nos municípios de Assis Brasil, Plácido de Castro, Santa Rosa do Purus e Marechal Thaumaturgo.

Compõem a estrutura da Superintendência Regional, na sede, nove (09) Delegacias Especializadas (Delegacia de Controle de Segurança Privada, Delegacia de Defesa Institucional, Delegacia de Polícia de Imigração, Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico, Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários, **subordinadas a Delegacia Regional Executiva** e Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio, Delegacia de Repressão a Entorpecentes, Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas, **subordinadas a Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado**), além de três (3) Setores (Setor de Administração e Logística Policial, Setor Técnico-Científico, Setor de Recursos Humanos).

Todos os servidores têm um papel de extrema importância na dinâmica institucional. É necessário que tenham características como: eficiência, com o objetivo de se obter o máximo de resultados esperados pela polícia; diligência, energia e disposição para trabalhar arduamente; audácia, para assumir riscos; honestidade, procurando sempre cumprir os ditames normativos desta Instituição, evitando condutas marginais; autoconfiança, que é a confiança em si própria e em seus poderes e habilidades; justiça, que é a qualidade de ser reto imparcial e justo; coragem moral, que é firmeza de opiniões e de vontade em face de uma situação difícil; consistência, ou seja, permanência firme e constante nos mesmos princípios; consciência dos medos, desejos e dificuldades de sua equipe, bem como a escuta da mesma; compreensão de sua função e da função dos demais colegas.

Considerando que o Estado do Acre, em linhas gerais, dentre outras circunstâncias: - ocupa porção estratégica do ponto de vista estratégico no território nacional; - faz divisa com os Estados de Rondônia e Amazonas; além de países como a Bolívia e Peru, países internacionalmente reconhecidos como produtores de entorpecentes, o que exige uma grande necessidade em planejar ações da Administração de forma a concentrar o máximo esforço para coibir atividades ilícitas. As unidades da



## **DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**

### **Relatório de Gestão de 2009**

Polícia Federal no Estado foram estrategicamente distribuídas para cobrir essa área de fronteira e formar “filtros” no interior, fazendo-se presente em toda a sua extensão.

Como resultado dos trabalhos da Polícia Federal, o Inquérito Policial é o seu produto final. Este vale tanto para as ações pró-ativas (operações policiais), quanto para as ações reativas (inquéritos instaurados por portaria).

No ano de 2009, a SR realizou 06 (seis) operações policiais, resultando no cumprimento de aproximadamente 31 (trinte e um) mandados de busca e apreensão e 17 (dezessete) prisões cautelares (preventiva e temporária).

Com relação ao aspecto operacional reativo, foram instaurados 613 (seiscentos e treze) Inquéritos Policiais, concluídos 364 (trezentos e sessenta e quatro), e ficaram em aberto (em andamento) 771 (setecentos e setenta e um) inquéritos.

Considerando que em 2010 será um ano eleitoral, a estratégia de atuação desta Superintendência, tem-se como meta para 2010 priorizar a área de defesa institucional, combate aos crimes eleitorais e aos desvios de dinheiro público. Também continuarão sendo priorizadas as operações de combate ao tráfico de entorpecentes e crimes financeiros.



## PARTE A – CONTEÚDO GERAL

### 1. INFORMAÇÕES GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO

#### Quadro 01 – Identificação

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça		Código SIORG: 316	
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora e Agregadora			
Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Acre			
Denominação abreviada: SR-B-AC-DPF			
Código SIORG: 001149	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 200350
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(068) 3214-1200	(068) 3214-1201	(068) 3212-1200
Endereço eletrônico: <a href="mailto:sra.srac@dpf.gov.br">sra.srac@dpf.gov.br</a>			
Página da Internet: <a href="http://www.dpf.gov.br">http://www.dpf.gov.br</a>			
Endereço Postal: Rua Floriano Peixoto, n.º 874, Centro, CEP: 69.908-030 Rio Branco/AC			
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidada			
Nome		Situação	Código SIORG
Delegacia de Polícia Federal no Acre		Ativa	324
Identificação de Unidade Jurisdicionada Agregada			
Número de Ordem: 01			
Denominação completa: Fundo de Aparentamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – AC			
Denominação abreviada: FUNAPOL – AC			
Código SIORG: Não se aplica	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 200351
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(068) 3214-1200	(068) 3214-1201	(068) 3212-1200
Endereço eletrônico: <a href="mailto:sra.srac@dpf.gov.br">sra.srac@dpf.gov.br</a>			
Página da Internet: <a href="http://www.dpf.gov.br">http://www.dpf.gov.br</a>			
Endereço Postal: Rua Floriano Peixoto, n.º 874, Centro, CEP: 69.908-030 Rio Branco/AC			





**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**Relatório de Gestão de 2009**

<b>Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas</b>
<b>Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas</b>
- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. <b>SR/DPF/AC:</b> Port. 259, de 18/05/65, BS. 095, de 24/05/65 - Criada como Posto. - Port. 1.545, de 11/12/72, BS. 235, de 12/12/72 - Elevada a Divisão de Polícia Federal. - Portaria n.º 039, de 17/03/75, BS. 052, de 18/03/75- Transforma a Divisão ao Acre em Superintendência. <b>FUNAPOL:</b> - Lei Complementar 89, de 18.02.1997.
<b>Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas</b>
- Decreto n° 6.061, de 15.03.2007. - Portaria n° 3.961/MJ, de 24.11.2009, que aprova o Regimento Interno. - Instrução Normativa n° 13/DG-DPF, de 15.06.2005.
<b>Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas</b>
- Instrução Normativa n.º 05/2008-DG/DPF, de 03.04.2009



## **2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA**

### **2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS**

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem suas raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, Decreto- Lei 6378/44, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas próprias receitas, como unidades gestoras, como a Superintendência Regional no Estado do Acre.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente a Polícia Federal deve *“apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.”* (art. 144, Parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal às seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 -SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras ( Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbacão ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção à Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Assim, a Superintendência de Polícia Federal no Estado do Acre exerce todas essas atividades, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscriçã, com as atribuições de: planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal; administrar as unidades sob sua subordinaçã, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das unidades centrais; propor diretrizes específicas de prevençã e repressã aos crimes de atribuiçã do Departamento, subsidiando o planejamento operacional das unidades centrais; executar operações policiais integradas com as unidades centrais, relacionadas à repressã uniforme dos crimes de atribuiçã do Departamento; apoiar as unidades centrais nas inspeções às suas unidades, dispondo dos meios e das informações



## **DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**

### **Relatório de Gestão de 2009**

necessárias; promover estudos e dispor de dados acerca das ações empreendidas, e consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, com vistas a subsidiar o processo de gestão das unidades centrais; e adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamento e outros materiais sob guarda da Superintendência.



## DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

### Relatório de Gestão de 2009

#### **2.1.1. Objetivos Estratégicos**

No ano de 2009 foram eleitos de forma ampla pela Direção-Geral os seguintes objetivos estratégicos da instituição:

- ✓ Melhoria da Gestão;
- ✓ Combate à Corrupção;
- ✓ Combate ao Narcotráfico;
- ✓ Combate aos crimes contra o Meio-Ambiente;
- ✓ Inserção Internacional.

Ademais, vale dizer, que toda a atuação da instituição se foca no atendimento da MISSÃO da instituição que é “Manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária.”

Isso para atingir a sua VISÃO DE FUTURO que é “Tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana.”

Tendo como norte as diretrizes da Direção-Geral, bem com a missão e visão de futuro da instituição a Superintendência de Polícia Federal no Estado do Acre atuou mais notadamente na integração com os demais Órgãos de Segurança Pública, especialmente no campo da inteligência policial. Nas áreas de fronteira, sobretudo na região Amazônica, buscou-se programar a integração com outras áreas de governo, visando o combate ao tráfico de armas e entorpecentes e delitos ambientais, dentre outras, inclusive mediante a utilização do SIVAM/SIPAM otimizando a utilização dos meios já disponibilizados pelo Sistema e daqueles existentes no DPF.

Modernizou-se o Controle Migratório e as ações de combate ao contrabando e descaminho, através do controle de pontos estratégicos de fronteira e dos portos e aeroportos do país, com a participação da Receita Federal e de outras Instituições. Houve um interrelacionamento mais efetivo com a SENASP, com a Polícia Rodoviária Federal e com as forças policiais estaduais, bem como se priorizaram parcerias com outras agências governamentais - INCRA, IBAMA, FUNAI, INSS, DNPM, DRCI, COAF e MINISTÉRIO DO TRABALHO - nas operações executadas em todo território nacional. Por outro lado, a fixação de mais policiais federais em todo território nacional em especial no Estado do Acre possibilitou dinamizar a atuação da Polícia Federal, contribuindo significativamente para um combate mais efetivo da criminalidade.

Nesse contexto organizacional e estratégico, todas as unidades do Departamento de Polícia Federal estão integradas nas ações que buscam o cumprimento da missão institucional em consonância com as diretrizes governamentais que compõem o PLANO PLURIANUAL – PPA - (lei nº 11.658 de 07/04/2008) onde a Polícia Federal está inserida no OBJETIVO ESTRATÉGICO 09 “Promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos Cidadãos”.



## **2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS**

No exercício de 2009 a atuação da Superintendência Regional no Estado do Acre abrangeu diversas operações de combate ao crime organizado, seguindo as diretrizes da Direção Geral com orientação das diretorias e coordenações das respectivas áreas.

Uma das estratégias de atuação da SR/DPF/AC, de acordo com a visão de futuro do Departamento de Polícia Federal, baseia-se na busca da cooperação e trabalho em conjunto com os órgãos federais e estaduais no Estado do Acre.

Para atender aos objetivos propostos foram realizadas ações de valorização de capacitação dos servidores, de racionalização dos recursos orçamentários disponíveis e na realização de parcerias e integração com outras instituições públicas, como: INCRA, IBAMA, FUNAI, MINISTÉRIO DO TRABALHO, Polícia Civil e a Polícia Militar do Estado do Acre, a Receita Federal do Brasil, Prefeituras Municipais e o Governo do Estado do Acre.

Também integra o plano de ação a melhoria constante nas diversas áreas especializadas envolvidas nas investigações e nas atividades desempenhadas por esta Unidade. Nos treinamentos referentes às áreas operacionais foi considerada a troca de experiências e conhecimentos nas esferas local, estadual e nacional da Polícia Federal e das instituições envolvidas.

Paralelo a essas ações, a SR/DPF/AC desenvolveu operações de caráter sigiloso, visando à identificação, desbaratamento e prisão de integrantes de organizações criminosas, que vinham utilizando o Estado do Acre como rota para o tráfico de drogas. Por se tratar de crimes complexos, com organizações criminosas bem estruturadas, as operações demandam em alguns casos, um tempo de execução sempre superior a um ano. Algumas operações ainda estão em curso e outras, por terem apenas ramificações no Estado, foram movimentadas para a unidade da federação onde se localiza a sede da organização criminosa.

Nesta Regional faz-se necessário a ampliação do espaço físico para os servidores desempenharem suas atribuições, pois, o layout encontra-se defasado e impróprio ao desenvolvimento salutar das atribuições inerentes às atividades fim e meio da SR/DPF/AC. Afirma-se, incontestemente, que houve a liberação de recursos para o início do projeto executivo de construção da nova sede, mas, devido entraves burocráticos e técnicos ainda não foi completamente finalizado para se buscar o empreendimento inicial da construção da sede no exercício de 2009.

Na área administrativa, parte dos servidores foram contemplados com cursos de capacitação, mesmo considerando que houve escassez de recursos para a retromencionada área. Atualmente o quadro administrativo encontra-se bastante reduzido, envelhecido, e, sem nenhum atrativo, como podemos observar no último concurso realizado que atingiu um percentual de mais de 50% de abandono, com isso, levando a contratação de terceirizados para suprir o déficit de pessoal da área meio, que contribui significativamente para a manutenção e atuação da atividade finalística da Polícia Federal no contexto nacional.

É forçoso que seja recomposto o quadro de servidores policiais (com uma necessidade maior para Agentes e Escrivães) e servidores administrativos das mais diversas áreas, para que as atividades de caráter policial possam ser realizadas satisfatoriamente e a execução das tarefas administrativas que vão dar suporte a execução da atividade policial propriamente dita, sejam feitas sem solução de continuidade.



## **DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**

### **Relatório de Gestão de 2009**

Finalmente, inúmeras foram as adversidades com as quais deparamo-nos no ano passado, com especial destaque para as do ponto de vista econômico-financeiro.

Neste ponto, diversas foram as medidas tomadas para que esta Unidade Jurisdicionada pudesse gerir seu orçamento da maneira mais contencioso, racional e eficiente, frente à limitação de gastos a qual fora submetida. Assim, buscou-se seguir todas as normas, regras e preceitos éticos que regem a administração pública para que fosse possível gerir os gastos em suas mais diversas áreas de atuação. Procurou-se durante o ano de 2009, por exemplo, evitar viagens aos finais de semana, sendo essas ocorrências tratadas como medidas excepcionais, excetuando-se operações policiais, ou participação em cursos que se iniciavam na segunda-feira, fazendo-se necessário o deslocamento do servidor no domingo, em alguns casos, haja vista o horário dos vôos.

Posto isso, acreditamos que a maior parte dos objetivos propostos foram alcançados e que a SR/DPF/AC finalizou o exercício de 2009 com saldo positivo em suas ações no Estado do Acre, empregando da melhor maneira possível os recursos disponibilizados pelo Estado Brasileiro.



### **2.3. PROGRAMAS E AÇÕES SOB RESPONSABILIDADE DA UNIDADE**

**Quadro 02- Identificação das Unidades Orçamentárias responsáveis pela programação da Unidade**

<b>Denominação das Unidades Orçamentárias</b>	<b>Código da UO</b>	<b>Código SIAFI da UGO</b>
<b>DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL</b>	<b>30108</b>	<b>200336</b>
<b>FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIM DA POLÍCIA FEDERAL - FUNAPOL</b>	<b>30909</b>	<b>200337</b>

O Departamento de Polícia Federal tem sob sua responsabilidade, direta em suas atividades finalísticas, no PPA 2008-2011, dois programas de governo: Prevenção e Repressão à Criminalidade e Modernização da Polícia Federal. Esses programas abrangem atividades de fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos, ações de caráter sigiloso na área de Segurança Pública, prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União, capacitação de seus servidores.

A Superintendência Regional do Acre, também, executou recursos do programa de Modernização da Polícia Federal, na ação referente à reformas de Unidades do DPF, como a da Delegacia de Polícia Federal na cidade de Epitaciolândia, obra que foi licitada durante o exercício de 2009 e com previsão de conclusão para o maio de 2010.

O programa de Apoio Administrativo, que representa a maior parte dos recursos administrados pela SR, abrange a administração da unidade e as ações de informática para manutenção das atividades de apoio, considerando a terceirização de serviços de limpeza, vigilância, manutenção predial, recepcionistas, custeio de aluguéis, aquisição de bens permanentes e de material de consumo.

Esta Superintendência, também, executou recursos do programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, do Ministério da Justiça, na ação da Campanha do Desarmamento, especificamente nas indenizações de armas entregues pela população.

#### **2.3.1. Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade**

No âmbito das ações finalísticas voltadas à redução da criminalidade, mediante a repressão ao tráfico de drogas, de armas e à lavagem de dinheiro, das ações de combate à corrupção e ao crime organizado, entre outras, por parte da Polícia Federal, tem-se o Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade.

**Quadro 03- Dados do Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações**

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça
Objetivos Específicos	Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União
Gerente de Programa	Não informado
Responsável pelo Programa	Departamento de Polícia Federal
Indicador para avaliação do programa	Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal



**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**Relatório de Gestão de 2009**

Público-alvo (beneficiários)		Sociedade
Código	Tipo <sup>1</sup>	Descrição da Ação
2679	A	Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos
2720	A	Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública
2726	A	Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União
4572	A	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Fonte: SIGPLAN

**2.3.1.1 Ação 2679 - Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos**

**Quadro 04 - Dados Gerais da Ação 2679**

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover ações de fiscalização e controle do uso de produtos químicos, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópica, não permitindo que sejam utilizados na produção de drogas.
Descrição	Realização de operações rotineiras e/ou emergenciais no sentido de prevenir, combater e debelar o desvio de finalidade na utilização de produtos químicos submetidos a controle, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas, como cocaína, heroína, LSD, entre outros. Realizar Controle Administrativo por meio do cadastramento e licenciamento das pessoas jurídicas e físicas com a emissão dos documentos de controle, além da recepção e processamento das informações relacionadas às atividades submetidas a controle no comércio interno e externo, bem como instauração de processos administrativos de infração visando a apuração de infrações previstas na Lei nº 10.357/01 e aplicação de sanções.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Divisão de Controle de Produtos Químicos
Coordenador nacional da ação	José Alberto Maciel Costa
Unidades executoras	
Produto (unidade de medida)	Documento Emitido (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Projeto/Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	por Insc. em RP Não-Proc	
2679	FISCALIZACAO E CONTROLE DE EMPRESAS DE PRODUCAO, TRANSPORTE E COMÉRCIO	SR-FUNAPOL	521.735,66	9.998,00	9.998,00	511.737,66

**Considerações**

Foram empenhados R\$ 521.735,66 nesta ação, sendo liquidados e pagos R\$ 9.998,00 ficando R\$ 511.737,66 inscritos em Restos a Pagar.

A Polícia Federal vem atuando na manutenção das atividades de inteligência policial em nível nacional, visando a repressão ao desvio de produtos químicos para elaboração de substâncias psicotrópicas e/ou entorpecentes. Desta feita o trabalho visa prevenir, reprimir, orientar e fiscalizar o

<sup>1</sup> Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial





## DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

### Relatório de Gestão de 2009

controle sobre produtos químicos nas formas previstas da Lei nº. 10.357/01, regulamentado pelo Decreto nº. 4.262/02, Portaria nº. 1.274/03-MJ e IN 19-2005-DG/DPF, Coibindo desta forma, o tráfico de produtos ou insumos químicos para produção de substâncias entorpecentes.

Em 2009 foram fiscalizadas empresas da área de produtos químicos controlados, pelas Delegacias de Polícia Federal em Cruzeiro do Sul, Epitaciolândia e pela Superintendência Regional, tendo sido emitidos certificados de registros cadastrais, com o dito de regularização da atividade desempenhada.

#### 2.3.1.2. Ação 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública

##### Quadro 05 - Dados Gerais da Ação 2720

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Ademir Dias Cardoso Júnior
Unidades executoras	
Produto (unidade de medida)	Ação realizada (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Projeto/Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	por Insc. em RP Não-Proc	
2720	AÇÕES DE CARÁTER SIGILOSO NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA	SR-FUNAPOL	93.194,90	93.194,90	93.194,90	-

#### Considerações

Na execução de despesas referentes às ações de caráter sigiloso predomina a utilização de Suprimento de Fundos, principalmente, em razão desta forma excepcional de execução da despesa que permite a manutenção do sigilo na aquisição de material, na prestação de serviços e no pagamento de despesas diversas que exigem pronto pagamento e não podem esperar o procedimento ordinário de execução.

A maior parte das despesas foi realizada pela Unidade Gestora da própria SR, considerando que esta é responsável pelo apoio orçamentário e financeiro das 02 delegacias descentralizadas, localizadas no Estado do Acre.

Os principais entorpecentes apreendidos foram cocaína, na forma de pasta base e cloridrato, além de maconha, com um aumento na apreensão de 534,051 kg em 2008 para mais de 1.337,442 kg em 2009. Destes, 210 kg foram apreendidos em parceria com a Superintendência Regional de Polícia Federal em Manaus (IPL nº 542/2009) e 68 kg em parceria com a Superintendência Regional de Polícia Federal em Goiás (IPL nº 737/2009).

No exercício de 2009 foram realizadas várias ações de inteligência com a finalidade de apoiar as operações ordinárias de todas as unidades da SR no Estado do Acre.



**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**Relatório de Gestão de 2009**

**2.3.1.3. Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União**

**Quadro 06 - Dados Gerais da Ação 2726**

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Combater o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional. Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país.
Descrição	Desenvolvimento de atividades de inteligência; mapeamento e ocupação de áreas; processamento de informações; execução de investigações, perícias, interrogatórios, acareações, reconstituições e de outras ações relevantes à elucidação de crimes; custeio de despesas com o deslocamento de agentes; aquisição de equipamentos de uso policial; dentre outros. Planejamento, coordenação e execução de operações e atividades voltadas para a garantia da integridade física de representantes dos Poderes da República, autoridades brasileiras e estrangeiras em visita ao Território Nacional. Concepção e implantação de um conjunto de iniciativas para o fortalecimento do controle de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional. Realizar operações de fiscalização voltadas para a implementação de um efetivo controle das atividades relacionadas à fabricação, importação, exportação, registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Claudio Ferreira Gomes
Unidades executoras	
Produto (unidade de medida)	Operação realizada (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Projeto/Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	por Insc. em RP Não-Proc	
2726	PREVENÇÃO E REPRESSÃO A CRIMES PRATICADOS CONTRA BENS, SERVIÇOS E INTERESSE DA UNIÃO.	SR-FUNAPOL	1.701.515,02	1.701.515,02	1.701.515,02	-

**Considerações**

Nesta ação é empregada boa parte dos recursos destinados a área finalística da SR no Acre. Foram empenhados R\$ 1.701.515,02, sendo sua totalidade liquidada e paga dentro do próprio exercício.



## DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

### Relatório de Gestão de 2009

Nessa ótica, frísse que em 2009 foram emitidos pelo Setor Técnico-Científico 665 laudos, o que representou um aumento de 26% na produção da prova para compor os inquéritos policiais, quando comparado com o resultado de 2008.

QUANTIDADE DE LAUDOS EMITIDOS			
Ano	2007	2008	2009
<b>Total</b>	<b>455</b>	<b>586</b>	<b>665</b>

Foram realizadas operações policiais com a finalidade de repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União, além de ações de prevenção e combate ao crime organizado.

A quantidade de Inquéritos Policiais relatados em 2009, também, aumentou em 4,3%, passando de 349 no exercício anterior para 364 no exercício analisado, o que significou uma leve redução dos inquéritos em andamento. Foram cumpridos mais de 31 mandados de busca e apreensão pelos Núcleos Operacionais das diversas delegacias, além da execução de mais de 17 prisões autorizadas pela Justiça.

#### 2.3.1.4. Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

##### Quadro 07 - Dados Gerais da Ação 4572

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Laura Vilella Rosa Tacca
Unidades executoras	
Produto (unidade de medida)	Servidor Capacitado (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Projeto/Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	por Insc. em RP Não-Proc	
4572	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO	SR-FUNAPOL	4.955,00	4.755,00	4.755,00	200,00

#### Considerações

Em 2009 foram realizados mais de 99 cursos e treinamentos pelos servidores policiais e administrativos, lotados na SR da PF no Acre. Foram mais de duzentas e vinte participações nos diversos cursos, além do destaque ao treinamento de armamento e tiro tático por quase todos os policiais integrantes do efetivo lotado no Estado do Acre, oferecido pelos Agentes de Polícia Federal



## DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

### Relatório de Gestão de 2009

lotados no Núcleo de Armamento e Tiro – NAT e que são instrutores de tiros, formados pela Academia Nacional de Polícia – ANP.

Consta apenas a execução de R\$ 4.955,00 pela Unidade Gestora do Acre em razão da realização orçamentária feita, diretamente, pelos órgãos centrais do DPF por ocasião dos treinamentos, cursos e seminários, desse montante, R\$ 200,00 foram inscritos em restos a pagar.

#### **2.3.2. Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal**

O Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal tem por objetivo reestruturar o DPF, proporcionando condições operacionais para o exercício de suas atribuições constitucionais, conforme detalhado em quadro abaixo, devendo-se observar que as Ações especificadas se referem apenas àquelas executadas por esta Superintendência.

**Quadro 08 - Dados do Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal e suas Ações**

Tipo de programa		Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo Geral		Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça
Objetivos Específicos		Aprimorar a estrutura e os modelos operacional e gerencial, bem como a capacidade executiva do policiamento federal.
Gerente de Programa		Rogério Augusto Viana Galloro
Responsável pelo Programa na UJ		
Indicador(es) para avaliação do programa		Não há indicador
Público-alvo (beneficiários)		Departamento de Polícia Federal
Código	Tipo <sup>2</sup>	Descrição da Ação
5022	P	Construção do Edifício-Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Acre
8979	A	Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal

Fonte: SIGPLAN

No programa de Modernização da Polícia Federal, consta para a Superintendência Regional no Acre as ações de Construção do Edifício-Sede da SR/DPF/AC e a reforma da Delegacia de Polícia Federal em Epitaciolândia Acre, a qual se encontra em andamento e próximo de ser finalizada. Quanto a construção da nova Sede, para sua concretização, se fará necessário alocação de mais recursos, ficando estimado em aproximadamente 4 milhões, saltando de 28 milhões para 32 milhões.

##### **2.3.2.1. Ação 5022 - Construção do Edifício-Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Acre**

**Quadro 09 - Dados Gerais da Ação 5022**

Tipo de Ação	Projeto
Finalidade	Proporcionar à Polícia Federal a estrutura física adequada ao melhor desempenho de suas funções, aprimorando a qualidade do atendimento ao público externo.
Descrição	Construção do edifício-sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Acre, na cidade de Rio Branco, por empresas contratadas em processo licitatório, com acompanhamento dos engenheiros da Polícia Federal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – FUNAPOL
Coordenador nacional da ação	Renato José Lazary da Fonseca

<sup>2</sup> Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial



**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**Relatório de Gestão de 2009**

Unidades executoras	
Produto (unidade de medida)	SEDE CONSTRUÍDA (0% de execução física)

Fonte: SIGPLAN

**Considerações**

Para esta ação não houve execução orçamentária no exercício de 2009 em razão da não realização de licitação para construção do edifício-sede da SR/DPF/AC, pois a licitação que fora realizada em novembro de 2009, restou frustrada.

Mencionasse como uma das causas a falta de complementação do recurso preterido pela SR/DPF/AC, para finalização do certame, o qual não foi atendido pelo Órgão Central em Brasília, haja vista o contingenciamento de recursos que o Ministério da Justiça e conseqüentemente o Departamento de Polícia Federal foram obrigados a suportarem no exercício passado.

**2.3.2.2. Ação 8979 - Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal**

**Quadro 10 - Dados Gerais da Ação 8979**

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Reformar e restaurar as instalações do Departamento de Polícia Federal, visando a melhoria da organização e do desenvolvimento das atividades, a redução de custos operacionais e o atendimento às crescentes demandas da sociedade em relação a segurança pública.
Descrição	Atendimento à crescente demanda de espaço físico adequado à formação e atuação dos servidores do Departamento de Polícia Federal, realizando obras de reforma e modernização nas bases operacionais, na Academia Nacional de Polícia e nas demais unidades do Departamento de Polícia Federal, contemplando: serviços preliminares, movimentos de terra, fundações, infraestrutura, superestrutura, vedações, esquadrias, coberturas, instalações hidro-sanitárias, elétricas e de telecomunicações e informática, revestimentos e pavimentações (pisos, paredes e forros), vidros, pinturas, elevadores e serviços complementares.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – FUNAPOL
Coordenador nacional da ação	Renato José Lazary da Fonseca
Unidades executoras	
Produto (unidade de medida)	unidade reformada (% de execução física)

Fonte: SIGPLAN

Projeto/Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	por Insc. em RP Não-Proc	
8979	REFORMA E MODERNIZAÇÃO DAS UNIDADES DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	SR-FUNAPOL	866.104,86	-	-	866.104,86

**Considerações**

A execução da despesa desta ação está sendo realizada com a reforma da Delegacia de Polícia Federal em Epitaciolândia, a qual teve início no final de 2009 e tem a previsão de conclusão em abril de 2010. No exercício de 2009 foram empenhados R\$ 866.104,86, tendo a obra iniciada apenas em janeiro de 2010, em virtude de o certame licitatório ter-se encerrado na última semana de 2009.



## DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

### Relatório de Gestão de 2009

Periodicamente são efetuadas as medições para liquidação parcial de acordo com o cronograma de execução pelo Fiscal, além do acompanhamento constante pelos servidores lotados no Núcleo de Engenharia – NUENG/SR/DPF/AC, bem como da equipe de apoio integrada por servidores lotados na própria delegacia na cidade de Epitaciolândia.

#### 2.3.3. Programa 0750 - Apoio Administrativo

No tocante ao Programa 0750 – Apoio Administrativo trata-se de um programa padronizado referente ao custeio da máquina estatal. Tem por objetivo intensificar as ações de apoio administrativo aos trabalhos operacionais da Polícia Federal. Consiste no aprimoramento da gestão, visando alcançar maior eficiência e eficácia no cumprimento das missões constitucionais do Departamento de Polícia Federal.

São duas ações desenvolvidas por esta Superintendência Regional do Acre dentro do citado programa: é a Ação 2000 – Administração da Unidade, a qual engloba a maior parte dos gastos da Unidade e a Ação 2003 – Ações de Informática.

#### Quadro 11 - Dados do Programa 0750 – Apoio Administrativo

Tipo de programa		Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo Geral		Não informado
Objetivos Específicos		Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Gerente de Programa		Não informado
Responsável pelo Programa		
Indicadores para avaliação do programa		Este Programa não possui indicadores.
Público-alvo (beneficiários)		Governo
Código	Tipo <sup>3</sup>	Descrição da Ação
2000	A	Administração da Unidade
2003	A	Ações de Informática

Fonte: SIGPLAN

Quanto ao programa de Apoio Administrativo, este representa a maior parte dos recursos destinada à manutenção da SR/DPF/AC e o apoio às atividades finalísticas da unidade.

#### 2.3.3.1. Ação 2000 - Administração da Unidade

#### Quadro 12 - Dados Gerais da Ação 2000

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e

<sup>3</sup> Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial



**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**Relatório de Gestão de 2009**

	2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Unidades executoras	
Produto (unidade de medida)	Não há produto para esta Ação

Fonte: SIGPLAN

Projeto/Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	por Insc. em RP Não-Proc	
2000	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	SR	4.386.977,51	4.219.847,78	4.219.847,78	167.129,73
2000	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	SR-FUNAPOL	3.210.607,16	2.337.502,30	2.337.502,30	873.104,86
			<b>7.597.584,67</b>	<b>6.557.350,08</b>	<b>6.557.350,08</b>	<b>1.040.234,59</b>

**Considerações**

A execução da Ação 2000 é fator impactante no desempenho operacional da Polícia Federal, uma vez que financia as despesas das atividades-meio necessárias à gestão e administração da Unidade, como por exemplo: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular da PF; manutenção e conservação de imóveis próprios ou alugados da Superintendência e suas Delegacias; pagamento de diárias e passagens; e outras.

Durante o transcorrer do exercício 2009 foram empenhados quase oito milhões de reais nesta ação. Menciona-se a melhora significativa no tocante a execução dessa ação, haja vista que houve um acréscimo substancial de serviços oferecidos para um melhor funcionamento da Unidade Gestora, como por exemplo, contratação de empresa especializada em conserto e manutenção de viaturas policiais. Ressaltasse também, o aumento significativo de pagamento de diárias policiais, fruto de uma maior mobilização de recursos humanos para cumprimento de missões no interesse dessa UG.



## DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

### Relatório de Gestão de 2009

#### 2.3.3.2 – Ação 2003 - Ações de Informática

Quadro 13 - Dados Gerais da Ação 2003

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Proporcionar recursos relacionados à área de informática que contribuam para manutenção e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Administração Pública Federal.
Descrição	Despesas relacionadas com informática, como apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; serviços de atendimento e manutenção na área de informática; desenvolvimento de aplicações na área de informática; manutenção de equipamentos de informática; contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infra-estrutura e serviços); locação e aquisição de equipamentos de informática; aquisição de materiais de consumo na área de informática e softwares.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Unidades executoras	
Produto (unidade de medida)	Não há produto para esta Ação

Fonte: SIGPLAN

Projeto/Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	por Insc. em RP Não-Proc	
2003	AÇÕES DE INFORMÁTICA	SR	104.119,50	104.119,50	104.119,50	-

#### *Considerações*

Nessa ação foi empenhado apenas R\$ 104.119,50 (cento e quatro mil, cento e dezenove reais e cinquenta centavos), em consequência dos gastos referentes a execução dessa ação antes serem realizadas na ação 2000. Para o exercício de 2010 todo o recurso destinado para a área de Tecnologia da Informação (TI) foi destacado da ação Administração da Unidade para a ação Ações de informática.

Em face do baixo recurso financeiro disponível no ano de 2009, houve dificuldades quanto à execução dessa ação, principalmente no tocante a compras de equipamentos de informática e contratação de serviços de manutenção no parque de máquinas da Superintendência Regional e suas Descentralizadas.

#### 2.3.4. Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI

O Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, de responsabilidade do Ministério da Justiça - MJ, conta com a participação da Polícia Federal na execução da Ação 8375 - Campanha de Desarmamento.





**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**Relatório de Gestão de 2009**

**Quadro 14 - Dados do Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI**

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça
Objetivos Específicos	Enfrentar a criminalidade e a violência, nas suas raízes sociais e culturais e reduzir de forma significativa seus altos índices em territórios de descoesão social.
Gerente de Programa	Ronaldo Teixeira da Silva
Responsável pelo Programa na UJ	-
Indicador(es) para avaliação do programa	Taxa de Homicídios (1/100.000 habitantes)
Público-alvo (beneficiários)	Adolescentes e jovens vítimas da violência, em situação de risco social ou em conflito com a lei, e suas famílias; operadores de segurança pública e as comunidades residentes nos territórios de descoesão social.

Fonte: SIGPLAN

**2.3.4.1. Ação 8375 - Campanha de Desarmamento**

**Quadro 15 - Dados Gerais da Ação 8375**

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover a campanha nacional de desarmamento e o pagamento de indenização pela entrega de armas de fogo.
Descrição	Realização de Campanha Nacional de Desarmamento, publicação de material informativo nas diversas mídias; recepção, acondicionamento, destino e pagamento de indenizações pela entrega de arma de fogo. Aperfeiçoamento do sistema de controle de armas e munições, a partir da contratação de empresas especializadas no desenvolvimento de soluções tecnológicas.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Justiça
Coordenador nacional da ação	Cristina Gross Villanova
Unidades executoras	
Produto (unidade de medida)	Indenização paga (unidade)

Fonte: SIGPLAN

Projeto/Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	por Insc. em RP Não-Proc	
8375	CAMPANHA DO DESARMAMENTO	SR	17.232,46	17.232,46	17.232,46	-

**Considerações**

O Departamento de Polícia Federal, em todos os Estados da Federação, é o executor da Campanha do Desarmamento, que consiste na entrega de arma de fogo mediante indenização, que inclusive passou a ter caráter permanente. Esta ação visa precipuamente ao pagamento das referidas indenizações, mas também tem o objetivo de fomentar de outras formas a ação, tendo servido como fundo inclusive para a Campanha de Regularização realizada em 2009.

No Estado do Acre a Polícia Federal, durante o ano de 2009, pagou 121 indenizações. Foram arrecadadas 183 armas de fogo e regularizadas 12.589 armas de fogo, tendo sido adotadas iniciativas de interiorização das Campanhas.



## **DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**

### **Relatório de Gestão de 2009**

Durante exercício passado, a Polícia Federal no Acre, em parceria com o Exército Brasileiro, através do 7º Batalhão de Engenharia e Construção, destruiu 183 armas de fogo de diferentes calibres e tamanhos, entre elas, revólveres, pistolas, espingardas, rifles, fuzil e até uma submetralhadora.

Aludissem também as ações realizadas em municípios do interior do Estado como em Porto Acre/AC, onde foram realizados procedimento de regularização das armas dos moradores, bem como em outras localidades como no projeto de assentamento Caquetá.

Percebe-se que não há uma busca maior por entrega de armas de fogo, pois o baixo valor da indenização e a burocracia para a entrega da arma são alguns dos entraves para que não haja uma maior procura por esse serviço. Frisasse que desde a assinatura do Estatuto do Desarmamento, Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003, não houve alterações nos valores pagos pela indenização de entrega de arma de fogo, que varia de R\$ 100,00 (cem reais) a R\$ 300,00 (trezentos reais).



**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**Relatório de Gestão de 2009**

**2.4. DESEMPENHO OPERACIONAL**

**2.4.1. Evolução das despesas**

**2.4.1.1. Despesas por Modalidade de Contratação – UG 200380**

**Quadro 16 - Despesas por Modalidade de Contratação**

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação	3.123.998,67	2.512.446,70	3.123.998,67	2.512.446,70
Convite	42.354,15	-	42.354,15	-
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	3.081.644,52	2.512.446,70	3.081.644,52	2.512.446,70
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas	1.156.224,84	1.077.290,84	1.156.224,84	1.077.290,84
Dispensa	1.082.819,40	1.036.283,01	1.082.819,40	1.036.283,01
Inexigibilidade	73.405,44	41.007,83	73.405,44	41.007,83
Regime de Execução Especial	8.000,00	-	8.000,00	-
Suprimento de Fundos	8.000,00	-	8.000,00	-
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha <sup>1</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	-	-	-	-
Outros	155.373,46	630.110,24	155.373,46	630.110,24
Não se aplica	155.373,46	630.110,24	155.373,46	630.110,24

FONTE: SIAFI GERENCIAL

<sup>1</sup> O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central - UG 200334. Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constarão no Relatório de Gestão do DPF.



**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**Relatório de Gestão de 2009**

**2.4.1.2. Despesas por Modalidade de Contratação – UG 200381**

**Quadro 17 - Despesas por Modalidade de Contratação**

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação	253.207,93	866.104,86	253.207,93	-
Convite	165.645,44	-	165.645,44	-
Tomada de Preços	18.664,75	866.104,86	18.664,75	-
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	68.897,74	-	68.897,74	-
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas	5.580,00	11.955,00	5.580,00	4.955,00
Dispensa	5.580,00	200,00	5.580,00	200,00
Inexigibilidade	-	11.755,00	-	4.755,00
Regime de Execução Especial	178.643,21	208.816,68	178.643,21	208.816,68
Suprimento de Fundos	178.643,21	208.816,68	178.643,21	208.816,68
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha <sup>1</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	-	-	-	-
Outros	1.672.536,39	2.123.730,62	1.672.536,39	2.123.730,62
Não se aplica	1.672.536,39	2.123.730,62	1.672.536,39	2.123.730,62

FONTE: SIAFI GERENCIAL

<sup>1</sup> O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central - UG 200334. Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constarão no Relatório de Gestão do DPF.



**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**Relatório de Gestão de 2009**

**2.4.1.3. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – UG 200380**

**Quadro 18 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa**

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>3- Outras Despesas Correntes</b>	<b>3.284.301,38</b>	<b>3.102.225,25</b>	<b>2.888.002,02</b>	<b>3.065.002,41</b>	<b>396.299,36</b>	<b>37.222,84</b>	<b>2.888.002,02</b>	<b>3.065.002,41</b>
<b>39 Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica</b>	1.627.428,77	1.456.572,25	1.346.609,99	1.425.508,11	280.818,78	31.064,14	1.346.609,99	1.425.508,11
<b>37 locação de mão-de-obra</b>	1.072.918,47	1.118.913,64	988.824,51	1.118.913,64	84.093,96	-	988.824,51	1.118.913,64
<b>33 Passagens e despesas com locomoção</b>	583.954,14	526.739,36	552.567,52	520.580,66	31.386,62	6.158,70	552.567,52	520.580,66
<b>Demais elementos do grupo</b>	1.198.253,54	1.117.973,26	1.087.766,42	1.102.525,87	110.487,12	15.447,39	1.087.766,42	1.102.525,87
<b>30 Material de consumo</b>	622.231,79	400.201,70	511.744,67	392.601,70	110.487,12	7.600,00	511.744,67	392.601,70
<b>93 Indenizações e restituições</b>	326.891,64	378.933,38	326.891,64	378.933,38	-	-	326.891,64	378.933,38
<b>14 Diárias – pessoal civil</b>	115.910,93	137.147,39	115.910,93	137.147,39	-	-	115.910,93	137.147,39
<b>92 Despesas de exercícios anteriores</b>	6.510,86	120.083,61	6.510,86	120.083,61	-	-	6.510,86	120.083,61
<b>36 Serviços de terceiros – Pessoa física</b>	126.458,32	76.939,17	126.458,32	69.091,78	-	7.847,39	126.458,32	69.091,78



**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**Relatório de Gestão de 2009**

47 Obrig. trib. e cont. – Op. Intra-orçamentárias	250,00	4.668,01	250,00	4.668,01	-	-	250,00	4.668,01
---------------------------------------------------	--------	----------	--------	----------	---	---	--------	----------

**2.4.1.4. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – UG 200381**

**Quadro 19 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa**

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	1.801.221,17	2.275.778,88	1.801.221,17	2.275.778,88	1.300,00	7.000,00	1.801.221,17	2.275.778,88
14 Diárias – pessoal civil	1.669.996,07	2.085.681,34	1.669.996,07	2.085.681,34	-	-	1.669.996,07	2.085.681,34
36 Serviços de terceiros – Pessoa física	52.885,00	98.902,81	52.885,00	98.902,81	-	-	52.885,00	98.902,81
30 Material de consumo	78.340,10	91.194,73	78.340,10	91.194,73	-	-	78.340,10	91.194,73
Demais elementos do grupo	70.480,30	68.723,42	69.180,30	61.723,42	1.300,00	7.000,00	69.180,30	61.723,42
39 Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	65.157,11	67.633,69	63.857,11	60.633,69	1.300,00	7.000,00	63.857,11	60.633,69
92 Despesas de exercícios anteriores	2.540,32	1.089,73	2.540,32	1.089,73	-	-	2.540,32	1.089,73
33 Passagens e despesas com locomoção	2.782,87	-	2.782,87	-	-	-	2.782,87	-



**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**Relatório de Gestão de 2009**

**Quadro 20 - Evolução de Gastos Gerais - UG 200380**

Descrição	ANO		
	2007	2008	2009
<b>1. PASSAGENS</b>	<b>362.451,25</b>	<b>552.567,52</b>	<b>520.580,66</b>
<b>2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS</b>	<b>688.436,26</b>	<b>115.910,93</b>	<b>137.147,39</b>
<b>3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS</b>	-	-	-
<b>3.1 Publicidade</b>	<b>32.307,96</b>	<b>16.188,80</b>	<b>10.317,58</b>
<b>3.2 Vigilância, Limpeza e Conservação</b>	<b>608.260,32</b>	<b>766.807,11</b>	<b>802.946,92</b>
<b>3.3 Tecnologia da Informação</b>	-	-	-
<b>3.4 Outras Terceirizações</b>	<b>172.673,44</b>	<b>306.111,36</b>	<b>405.956,72</b>
<b>4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL</b>	-	-	-
<b>5. SUPRIMENTO DE FUNDOS</b>	<b>14.572,50</b>	<b>8.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>1.878.701,73</b>	<b>1.765.585,72</b>	<b>1.876.949,27</b>

**Quadro 21 - Evolução de Gastos Gerais - UG 200381**

Descrição	ANO		
	2007	2008	2009
<b>6. PASSAGENS</b>	<b>16.702,30</b>	<b>2.782,87</b>	-
<b>7. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS</b>	<b>1.110.726,28</b>	<b>1.669.996,07</b>	<b>2.085.681,34</b>
<b>8. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS</b>	-	-	-
<b>3.1 Publicidade</b>	-	-	-
<b>3.2 Vigilância, Limpeza e Conservação</b>	-	-	-
<b>3.3 Tecnologia da Informação</b>	-	-	-
<b>3.4 Outras Terceirizações</b>	-	-	-
<b>9. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL</b>	-	-	-
<b>10. SUPRIMENTO DE FUNDOS</b>	<b>104.219,63</b>	<b>178.643,21</b>	<b>208.816,68</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>1.231.648,21</b>	<b>1.851.422,15</b>	<b>2.294.498,02</b>

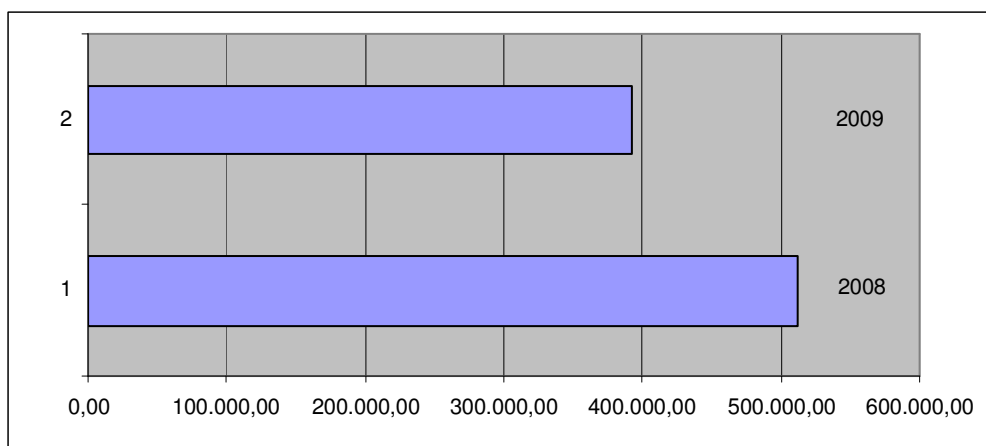


## DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL Relatório de Gestão de 2009

### Considerações

A Superintendência Regional no Acre, durante o ano de 2009, passou por contingenciamento de recursos em alguns grupos de despesas como: licitação, material de consumo e serviços de terceiros – pessoa física, pois houve um aumento de custos, em virtude principalmente do aumento de efetivo da SR e Delegacias, o que demandou um maior gasto na área administrativa e policial.

Quanto a isso, chama-se atenção o corte nas despesas inerentes ao grupo de despesa - material de consumo, que sofreu uma diminuição substancial se comparado ao ano de 2008, como ilustrado abaixo:



Por outro lado, durante o exercício de 2009 a SR e suas descentralizadas, não sofreram contingenciamento nos valores solicitados/recebidos no tocante a gastos com diárias, passagens e suprimento de fundos. Com isso, a atividade policial quando precisou fazer uso dessas despesas correntes, foi prontamente atendido.

Desta feita, todo o planejamento efetuado para o exercício de 2009 no tocante a missões policiais, cursos de aperfeiçoamento e na área de inteligência policial, que necessariamente é quem mais faz uso de suprimento de fundos, pôde ser cumprido quanto aos custos operacionais.

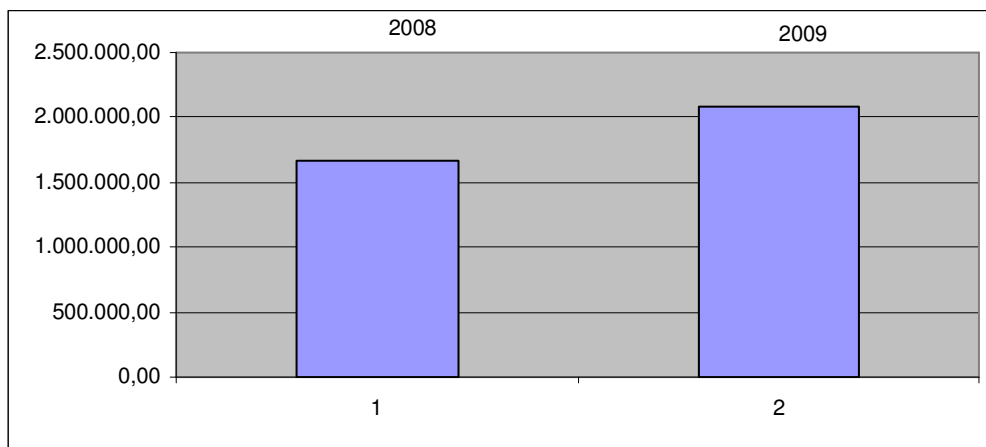
Diante do quadro apresentado aludisse que as despesas correntes da SR/AC continuará a crescer durante o exercício 2010. Isso se deve ao fato de ter havido um aumento significativo no efetivo policial da Unidade, crescendo assim, a necessidade de incrementar os recursos logísticos, abrangendo equipamentos policiais, armamentos, munições e viaturas e os recursos de informática e de telecomunicações colocados à sua disposição, em consonância com as normas e diretrizes emanadas pelas unidades centrais.

As despesas orçamentárias de gastos com diárias, em 2009, totalizaram R\$ 2.123.770,62, frente a R\$ 1.669.996,07 em 2008 (ver quadro abaixo); com passagens e locomoção, o total foi de R\$ 520.580,66, enquanto o gasto em 2008 foi de R\$ 552.567,52.





## DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL Relatório de Gestão de 2009



O decréscimo do valor das passagens aéreas em comparação ao aumento de diárias deveu-se principalmente a utilização pelo Departamento de Polícia Federal do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP, fornecido pelo Ministério do Planejamento, o que possibilitou que houvesse um maior planejamento nas compras de bilhetes de passagens aéreas e terrestres, procurando a compra desses bilhetes com antecedência mínima de 10 (dez) dias antes da viagem.



**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**Relatório de Gestão de 2009**

**2.4.1.5 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa – UG 200380**

**Quadro 22 - Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa**

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
<b>4 – Investimentos</b>	<b>535.365,34</b>	<b>166.779,00</b>	<b>239.043,76</b>	<b>52.319,50</b>	<b>296.321,58</b>	<b>114.459,50</b>	<b>239.043,76</b>	<b>52.319,50</b>
<b>51. OBRAS E INSTALAÇÕES – OP. INT. ORÇ.</b>	14.996,36	-	14.996,36	-	-	-	14.996,36	-
<b>52. EQUIP. E MAT. PERMAN. - OP. INT. ORÇ.</b>	350.723,24	166.779,00	54.401,66	52.319,50	296.321,58	114.459,50	54.401,66	52.319,50
<b>92. DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	169.645,74	-	169.645,74	-	-	-	169.645,74	-
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>6 - Amortização da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-



**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**Relatório de Gestão de 2009**

**2.4.1.6 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa – UG 200381**

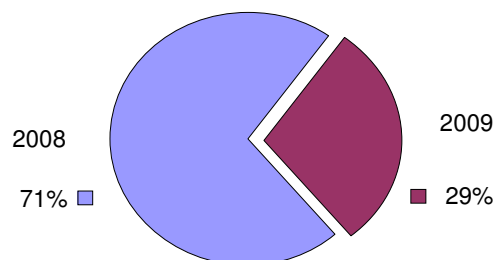
**Quadro 23 - Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa**

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
<b>4 – Investimentos</b>	<b>250.425,06</b>	<b>866.104,86</b>	<b>59.435,85</b>	<b>0,00</b>	<b>190.989,21</b>	<b>866.104,86</b>	<b>59.435,85</b>	<b>0,00</b>
<b>51 Obras e instalações – Op. Int. orç.</b>	184.310,19	866.104,86	42.534,98	-	141.775,21	866.104,86	42.534,98	-
<b>52 Equip. e Mat. Perman. - Op. Int. orç.</b>	66.114,87	-	16.900,87	-	49.214,00	-	16.900,87	-
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>6 - Amortização da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-

**Considerações**

A Delegacia de Polícia Federal de Eptaciolândia foi contemplada com sua reforma, durante o ano de 2009, através do Plano de Obras – PLANOB, na Ação 8979, o que possibilitará em 2010, através de instalações mais modernas, uma melhor acomodação dos servidores policiais e administrativos que trabalham naquela unidade, bem como poderá ser oferecido um serviços de melhor qualidade a população que procura a Polícia Federal naquela localidade.

Por motivos de contingenciamento de créditos orçamentários em 2009 em alguns grupos de despesas, houve uma queda acentuada na compra de equipamentos e materiais permanentes (Grupo 52). Nesse aspecto a SR adquiriu em 2008 equipamentos classificados como permanentes que se somaram R\$ 416.838,11, frente a R\$ 166.779,00 em 2009. Ressaltasse que houve projetos para aquisição de diversos materiais que seriam empregados principalmente na atividade policial, mas por falta de recursos disponibilizados através da Coordenação de Orçamento e Finanças – COF, responsável pelo repasse financeiro a todas as Superintendências Regionais no Brasil, não foi possível adquiri-los à época.





**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**Relatório de Gestão de 2009**

**2.4.1.7 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo**

**Quadro 24 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo**

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0662		Denominação: Prevenção e Repressão à Criminalidade				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Não se Aplica <sup>1</sup>						
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência <sup>2</sup>			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (dias)	01/12/2006	79	70	75	200
<b>Fórmula de Cálculo do Índice:</b>						
Tempo médio gasto entre a abertura e conclusão de inquéritos policiais na Polícia Federal.						
<b>Análise do Resultado Alcançado:</b>						
Este índice quanto menor, melhor, pois indica quantidade de média de dias para a conclusão de um inquérito desde a sua instauração até a conclusão. No caso da Superintendência Regional do Acre, conforme se verifica, o índice apresenta-se acima do exigido no PPA. Este fato se justifica em razão do alto volume de trabalho nesta SR em relação à média nacional do DPF, considerando que o índice definido como meta no PPA refere-se ao DPF como um todo e o índice atingido apenas ao Estado do Acre.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (PERCENTAGEM)	31/12/2006	63,6	80	70	60
<b>Fórmula de Cálculo do Índice:</b>						
Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais do órgão e o total de inquéritos policiais instaurados.						
<b>Análise do Resultado Alcançado:</b>						
Conforme se verifica, conseguiu-se atingir índices inferiores ao exigido PPA. Em 2009 foram instaurados 613 inquéritos e relatados 364, o que permitiu um índice negativo maior que 100. Dessa forma, não foi alcançado o objetivo constante desta unidade para redução do número de inquéritos acumulados.						

Fonte: SIGPLAN e SISCART

<sup>1</sup> As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

<sup>2</sup> A Referência informada é a constante no PPA, estabelecida pelo DPF considerando os números globais da Polícia Federal.



## DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

### Relatório de Gestão de 2009

#### *Considerações*

Os dois indicadores apresentados se referem ao Programa 0662 – Prevenção e Repressão a Criminalidade. Com relação aos demais programas, não há, no Plano Plurianual, indicadores definidos para o Departamento de Polícia Federal.

A SR/DPF/AC recebeu entre o final de 2008 e no ano de 2009, de forma atípica, uma série de requisições do Ministério Público Federal para a instauração de inquéritos policiais. A Delegacia de Meio Ambiente e Patrimônio Histórico – DELEMAPH teve que identificar, mediante monitoramento de satélite, todos os focos de incêndio ocorridos no Estado num determinado período, chegando ao expressivo número de 468 focos somente nas áreas de proteção ambiental, reservas extrativistas, terras indígenas e projetos de assentamento federais, resultando na instauração de quase uma centena inquéritos, visto que foram agrupados por cada um daqueles grupos (APA, RESEX, TI ou PA), os quais, na maioria dos casos, pela complexidade da matéria e a ausência de qualquer início de prova ou até de indício da prática de conduta criminosa, ainda não foram concluídos. Além dessa demanda, também foi requisitada a instauração de um inquérito policial para cada um dos lotes/contratos referentes à liberação de recursos públicos federais para obras na rodovia BR 364, resultando na instauração de 48 IPL's. Note-se que os inquéritos de foco de incêndio e da BR dependem, necessariamente, de perícia de alta complexidade, envolvendo, respectivamente, análise in loco e obtenção de histórico de imagens de satélite e perícia contábil e de engenharia.

Outro dado que chamou a atenção da Corregedoria foi que o concurso de remoção que se desenrolou ao longo do primeiro semestre de 2009 e que resultou na remoção de quase todo o efetivo de autoridades policiais, também prejudicou a estatística da unidade, diminuindo a produção de relatórios e a conclusão de investigações, por se tratar de um processo longo e que criou estresse e alta expectativa de retorno aos locais de origem do efetivo. Essas diminuições de produtividade, constatada no Acre e nas demais unidades da Região Norte e nas cidades de fronteira internacional, sofrem permanente evasão de servidores pela dificuldade de fixação dos mesmos nesses locais, ao passo que a Administração não consegue sequer suprir a abertura das vagas ocasionadas pelas saídas, sendo que o ano de 2009 terminou com a diminuição do efetivo de delegados na condução de inquéritos policiais no Estado.

Desta forma, a despeito dos fatos acima expostos, se forem analisados os dados de 2008 e de 2009, referentes à produtividade de inquéritos policiais instaurados e relatados na SR/DPF/AC, ainda assim é possível perceber uma suave ascensão, embora não tenha sido atingida a meta do PPA.



**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**Relatório de Gestão de 2009**

Código no PPA: 1353		Denominação: Modernização da Polícia Federal			
Dotação*		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
-	-	866.104,86	-	866.104,86	-

Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo			
Dotação*		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
-	-	4.392.846,77	4.225.717,04	167.129,73	4.225.717,04

Código no PPA: 1453		Denominação: Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI			
Dotação*		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
-	-	17.232,46	17.232,46	-	17.232,46

\*As informações de dotação não se aplicam a unidade, pois a previsão orçamentária, na Lei Orçamentária Anual, especifica somente o orçamento do Órgão da Unidade Orçamentária, ou seja, no Departamento de Polícia Federal, e não na Unidade Executora.



**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**Relatório de Gestão de 2009**

**2.4.2. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Unidade**

**Quadro 25 – Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade – UG 200380**

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo <sup>1</sup>	Prio <sup>2</sup>	Unidade Medida	Meta Física <sup>3</sup>			Meta Financeira		
							Prev.	Real.	Para 2010	Prev.	Real	Para 2010
06 – Segurança Pública	122 – Administração Geral	0750	2000	A	3	NA		NA		NA	6.661.469,58	NA
06 – Segurança Pública	126 – Tecnologia da Informação	0750	2003	A	3	NA		NA		NA	104.119,50	NA
06 – Segurança Pública	422 – Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	1453	8375	A	3	NA		NA		NA	17.232,46	NA

**Quadro 26 – Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade – UG 200381**

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo <sup>1</sup>	Prio <sup>2</sup>	Unidade Medida	Meta Física <sup>3</sup>			Meta Financeira		
							Prev.	Real.	Para 2010	Prev.	Real	Para 2010
06 – Segurança Pública	122 – Administração Geral	0750	2000	A	3	NA		NA		NA	-	NA
06 – Segurança Pública	125 – Normatização e Fiscalização	0662	2679	A	3	NA		NA		NA	9.998,00	NA
06 – Segurança Pública	128 – Formação de Recursos Humanos	0662	4572	A	3	NA		NA		NA	4.755,00	NA
06 – Segurança Pública	181 - Policiamento	0662	2726	A	3	NA		NA		NA	1.701.515,02	NA
06 – Segurança Pública	181 - Policiamento	1353	8979	A	3	NA		NA		NA	-	NA
06 – Segurança Pública	183 – Informação e Inteligência	0662	2720	A	3	NA		NA		NA	93.194,90	NA

<sup>1</sup> Tipo da Ação: P – Projeto; A – Atividade e OP – Operação Especial

<sup>2</sup> Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento), 3 – Demais ações prioritárias, 4 – Ação não prioritária;



### *Considerações*

Nesse quadro merece destaque a Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado que passou por uma estruturação durante o exercício de 2008, o que não se repetiu em 2009, assim, a atuação por parte das delegacias subordinadas, como a Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas – DELEARM, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio – DELEPAT e Delegacia de Repressão a Entorpecentes – DRE, ficou um pouco comprometido.

Nesse contexto, houve a necessidade de adquirir materiais para a área de investigação policial, como viaturas policiais, equipamentos discretos para uso em investigações policiais, dentre outros o que com exceção da DRE, impossibilitou que as demais Delegacias pudessem ter crescido de maneira mais expressiva durante 2009.

Quanto a Corregedoria-Regional de Polícia Federal no Estado do Acre tem procurado atingir anualmente suas metas, quais sejam:

- ✓ Evitar a prescrição punitiva das infrações disciplinares, por meio dos controles, fiscalização e orientação das comissões disciplinares;
- ✓ Realizar a correção ordinária na SR e nas descentralizadas, no segundo semestre de 2009.
- ✓ Programar medidas que melhorem a qualidade dos IPL e aumentem a eficiência da Corregedoria, por meio da simplificação dos processos.

De uma forma geral, a indisponibilidade de servidores para a Corregedoria-Regional tem sido fator dominante quanto à dificuldade de se alcançar seus objetivos. A CORREGEDORIA REGIONAL - COR, além de funcionar autonomamente, possui dois núcleos subordinados a si, quais sejam o NÚCLEO DE DISCIPLINA (NUDIS) e o NÚCLEO DE CORREIÇÕES (NUCOR).

Ressaltasse que a COR conta apenas com 01 (um) Delegado de Polícia Federal, 01 (um) Escrivão de Polícia Federal e 01 (um) Estagiário de nível superior acadêmico de direito, o que não é suficiente para atender a necessidade do serviço. Isto se deve ao fato de existir uma grande quantidade de procedimentos administrativos disciplinares, sindicâncias e outras atribuições específicas da Corregedoria Regional. Somado estes servidores ainda desempenham suas respectivas funções policiais.

Diversas foram às metas atingidas, destacando-se a reforma da Delegacia de Polícia Federal em Epitaciolândia, prevista na Ação 8979, a qual teve início no final de 2009 e tem a previsão de conclusão em abril de 2010, tendo sido empenhados R\$ 866.104,86. Com isso, a Polícia Federal poderá oferecer um serviço de melhor qualidade à população, com instalações modernas que irá influenciar diretamente em suas atuações naquela região de fronteira.

Através de trabalho desenvolvido, também pela Delegacia de Polícia Federal em Epitaciolândia, em parceria com a Receita Federal, realizou-se ações de cunho ostensivo e repressivo ao longo de BR's, combatendo, principalmente, o contrabando e o descaminho, resultando em diversas





## DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

### Relatório de Gestão de 2009

prisões em flagrante, além de procedimentos administrativo-tributário realizado pela própria Receita Federal.

A Delegacia de Repressão a entorpecentes destacou como extremamente positiva a meta de qualificação de seus policiais durante o ano de 2009. Diversos cursos foram ofertados pela Academia Nacional de Polícia, como para instrutores de armamento e tiro. Quanto à qualidade na investigação policial, foi oferecido curso de Técnicas Operacionais nos Estados Unidos da América. Outro curso oferecido aos policiais daquela unidade de extrema importância foi o de I2 (curso de inteligência policial).

Houve uma busca, por parte da Delegacia de Combate ao Crime Organizado, de integrar os trabalhos realizados nas delegacias do interior do Estado aos da SR, sobretudo aqueles de duração continuada como interceptações telefônicas, que envolvessem Crime Organizado. Diante disso, os grupos de análises de todas as delegacias, passaram a remeterem relatórios com resumos das Operações Policiais em andamento, aumentando assim tal ação evitou que ocorressem investigações em duplicidade dentro do Estado do Acre, bem como permitiu ao DRCOR controlar a produtividade e o progresso das Operações em todos os núcleos de análise.

Foram realizadas, pela Delegacia de Cruzeiro do Sul, fiscalizações em frigoríficos nos municípios do Guajará/AM, Cruzeiro do Sul/AC, Feijó/AC e Tarauacá/AC, sendo encaminhadas para o DCPQ/CGPRE, cópias de referidos autos, para análise e providências cabíveis, bem como inúmeras barreiras policiais, demonstrando a presença da Polícia Federal na BR 364, nos ramais da região do Alto Juruá e nos rios que banham a circunscrição da DPF/CZS/AC com o objetivo de coibir o cometimento de ilícitos penais, notadamente o tráfico de drogas e crimes ambientais.

A Delegacia de Polícia de Imigração realizou diversas atividades como fiscalização nos municípios sob circunscrição da DELEMIG/SR/AC, desenvolvendo Operações como: Blade Runner – Continuação Fase 2: demais municípios, Operação Coruja e Sarapó.

A Ação 5022, que tratava da Construção do Edifício-Sede da SR/DPF/AC em 2009, com certeza foi a que apresentou maior falha, pois a previsão orçamentária ficou aquém do valor final da obra, o que levou a uma licitação frustrada. Assim, faz-se necessário, durante o ano de 2010, a busca por recursos financeiros que possam complementa o valor final da obra, para que se consiga programar e executar a presente ação.

Outras ações não restaram positivas, principalmente por falta de efetivo policial, como a realização de grandes operações policiais programadas para o exercício de 2009 pela Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas – DELEARM.

A Delegacia de Polícia Federal em Epitaciolândia, também por falta de efetivo, não conseguiu dar continuidade a operação desenvolvida em parceria com o IBAMA, no tocante ao combate a crimes praticados na Reserva Extrativista Chico Mendes, priorizando, em detrimento desta, o combate ao tráfico de drogas, contrabando/descaminho, bem como crimes relacionados à Imigração.

O baixo efetivo também foi fator destacado pelo Delegado Regional Executivo, quanto ao não alcance da meta de lotar mais servidores Escrivães (16 em 2009) no Núcleo de Cartório, e assim equiparar ao número de Delegados (20 em 2009).



## **DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**

### **Relatório de Gestão de 2009**

Finalmente, inúmeras foram as adversidades com as quais deparamo-nos no ano passado, com especial destaque para as do ponto de vista econômico-financeiro, carência de material humano, dentre outras, no entanto, é preciso frisar que em 2008 recebemos um número substancial de novos policiais, aumentando assim a eficiência e eficácia de nossa atuação no Estado. Em contrapartida houve uma diminuição do quadro de servidores policiais, o qual pulou de 224 em 2008 para 211 no ano de 2009.

Posto isso, acreditamos que a maior parte dos objetivos propostos foi alcançada e que a SR/DPF/AC finalizou o exercício de 2009 com saldo extremamente positivo em suas ações no Estado do Acre, empregando da melhor maneira possível os recursos disponibilizados pelo Estado Brasileiro.



### **2.4.3. INDICADORES DE DESEMPENHO**

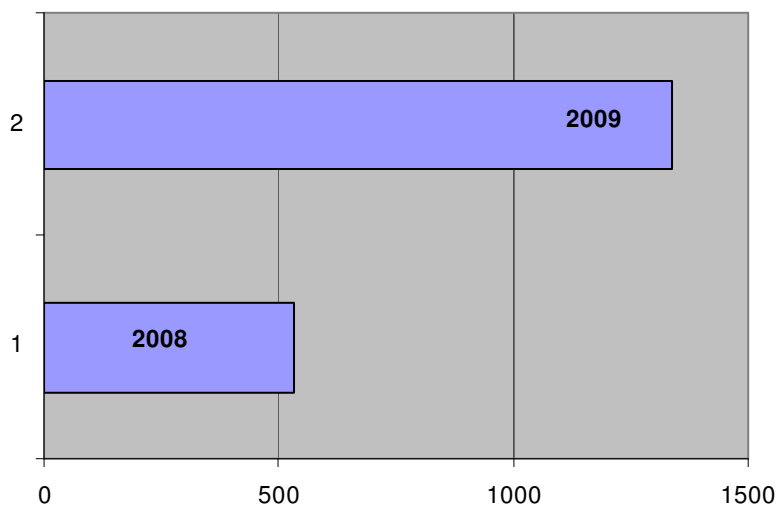
Durante o período de 2009, o aumento dos trabalhos desenvolvidos pela instituição neste Estado foi ampliado e adequado à estrutura formal, física e a disponibilidade de pessoal aqui lotado, visando à melhoria do desempenho operacional e melhor cumprir seu papel na sociedade brasileira. Foi uma grande conquista para a instituição os resultados obtidos nesta quadra do tempo em decorrência dos obstáculos encontrados, principalmente como: contingenciamento de recursos e falta de estrutura física adequada, como encontrado na Superintendência Regional no Estado.

Período	Instaurados		Relatados	
	Quantidade	Evolução	Quantidade	Evolução
<b>2007</b>	360	2%	235	-19%
<b>2008</b>	576	60%	349	49%
<b>2009</b>	613	6%	364	7,6%

Evolução dos Inquéritos

Além do aumento da quantidade de inquéritos instaurados e relatados, conforme observado acima, se melhorou sobremaneira a qualidade dos inquéritos e das atividades desenvolvidas nos diversos setores. Não só o aumento de efetivos contribuiu para a melhora do desempenho, temos que destacar ainda que o recebimento de novas viaturas, de equipamentos de inteligência policial, de armamento, munição, computadores, impressoras e mobiliário também têm peso significativo no aumento da qualidade de nossas atividades.

Mencionasse aqui o considerável aumento na apreensão de entorpecentes que saltou de 534,051 kg em 2008 para mais de 1.337,442 kg em 2009. Parte desses foram apreendidos em parceria com a Superintendência Regional de Polícia Federal em Manaus e de Goiás.





#### **2.4.4. ANÁLISE DO DESEMPENHO**

No aspecto desempenho, merece destaque o trabalho realizado durante o ano de 2009, pela Delegacia de Imigração, na qual realizou, através de seu Núcleo de Operações, 40 Sindicâncias de Permanência de Estrangeiros; 13 Sindicâncias de Naturalização; 05 Missões de Apoio à Coordenação de Operações Especiais de Fronteira; Fiscalização de, aproximadamente, 162 hotéis em Rio Branco e em outros nos municípios da circunscrição desta Superintendência Regional.

Foram relatados 18 Inquéritos Policiais de Expulsão que foram autorizados pelo Ministério da Justiça. Não obstante, foram instaurados outros 19 IPE's.

Na quadra de 2009 instauraram-se e instruíram-se 22 procedimentos de deportações, efetivando-as na forma e disposição da Lei 6.815/80, do Decreto 86.715/81 e demais disposições referentes ao assunto. Ao mesmo tempo, 12 alienígenas foram expulsos do território brasileiro no decorrer do ano.

No que se refere ao trabalho formal e informal de estrangeiros foram realizadas diversas diligências com a finalidade de reprimir a concorrência desleal com os nacionais. Dentre essas diligências foram obtidos resultados satisfatórios, aplicando multas aos empregadores e notificando os alienígenas que se encontravam em situação irregular e nos casos de não cumprimento, realizando a retirada compulsória por meio do instituto da deportação. Além das sindicâncias realizadas sobre o assunto, diversas diligências e informações foram prestadas para melhor instruir os processos administrativos de naturalização, permanência e prorrogações ou transformações de visto.

Esta delegacia realizou, ainda, outros serviços, como a inclusão no SINPI (Sistema Nacional de Procurados e Impedidos) de todos os mandados de prisão expedidos no Estado do Acre, encaminhados, tanto pela Justiça Federal quanto pela Justiça Estadual; o assessoramento técnico às Delegacias de Polícia Federal e aos postos do interior do Estado, no tocante aos assuntos de sua atribuição (emigração/imigração, expedição de passaporte, medidas compulsórias, cadastramento e vistoria de empresas de transporte internacional de pessoas e cargas etc.); orientação a brasileiros que viajaram ao exterior, quanto ao modo como providenciar vistos e demais documentações necessárias.

<b>ÍNDICES NO ANO DE 2008</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>ÍNDICES NO ANO DE 2009</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Passaportes expedidos	<b>1508</b>	Passaportes expedidos	<b>1568</b>
Extradições realizadas	-	Extradições realizadas	-
Deportações realizadas	<b>21</b>	Deportações realizadas	<b>22</b>
Expulsões realizadas	<b>24</b>	Expulsões realizadas	<b>12</b>

Fazendo uma breve análise do quadro acima, observasse que houve um crescimento substancial no número de passaportes expedidos pela Delegacia de Controle de Imigração – DELEMIG, havendo



## **DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**

### **Relatório de Gestão de 2009**

um leve aumento nas Deportações realizadas e uma queda de 50% no número de expulsões realizadas. Quanto as expulsões realizadas, o decréscimo deve-se primordialmente a anistia de estrangeiros promovida pelo Governo Federal durante o ano de 2009, segundo o Projeto de Lei n. 1664/09, tendo vigorado por 06 (seis) meses em 2009.

Quanto ao Setor Técnico-Científico, houve um acréscimo no número de laudos emitidos durante o exercício 2009, chegando à marca de 665 laudos, o que representou um aumento de 26% na produção da prova para compor os inquéritos policiais, quando comparado com 586 de 2008.

Foram realizadas operações policiais organizadas e coordenadas pela Delegacia de Combate a Crimes Organizados – DCOR, com a finalidade de repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União, além de ações de prevenção e combate ao crime organizado.

A quantidade de Inquéritos Policiais relatados em 2009, também, aumentou em 4,3%, passando de 349 no exercício anterior para 364 no exercício analisado, o que significou uma leve redução dos inquéritos em andamento. Foram cumpridos mais de 31 mandados de busca e apreensão pelos Núcleos Operacionais das diversas delegacias, além da execução de mais de 17 prisões autorizadas pela Justiça.

A Delegacia Especializada na Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas – DELEARM no ano de 2009 pagou 121 indenizações. Arrecadou 183 armas de fogo e regularizou 12.589 armas de fogo, tendo sido adotadas iniciativas de interiorização das Campanhas.

Diante do acima exposto e com base nas condições e possibilidades de nosso pessoal, coligese que os resultados obtidos foram plenamente satisfatórios.



**3. RECURSOS HUMANOS**

**Quadro 27. Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2009**

Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
<b>Estatutários</b>	211	211	Não há informação <sup>1</sup>
Próprios	211	211	
Requisitados	-	-	
<b>Celetistas</b>	-	-	
<b>Cargos de livre provimento</b>	-	-	
Estatutários	-	-	
Não Estatutários	-	-	
<b>Terceirizados</b>	107	107	
<b>Total</b>	318	318	

Fonte: SIAPE

<sup>1</sup> - O Departamento de Polícia Federal não possui levantamento quanto ao quantitativo ideal de servidores para os seus quadros.

**Quadro 28. Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009**

QUADRO PRÓPRIO								
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações		
<b>Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)</b>								
2007	190	15.559.334,85	-	-	-	-		
2008	224	22.749.364,65	-	-	-	-		
2009	211	25.640.000,68	-	-	-	-		
QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	16	467.703,56	36	522.171,37	-	-	-	-
2008	24	591.096,00	63	898.169,48	-	-	-	-
2009	24	685.883,58	62	1.204.883,19	-	-	21	76.230,00

Fonte: SIAPE

**Considerações**

Conforme indicador acima, aludisse que houve uma leve redução do quadro de servidores administrativos em 2009 em comparação a 2008, o que tem se tornado uma preocupação para a administração local, pois a demanda na área-fim tem crescido substancialmente, e em consequência, a área-meio, passa a ser mais demandada, em suas mais diversas atribuições como: elaboração de



## DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL Relatório de Gestão de 2009

licitações, fiscalização de contratos, controle de material classificado como permanente e de consumo, propostas de concessão de diárias para os servidores, pagamento de contratos celebrados com empresas terceirizadas, dentre outras.

Com relação à avaliação de indicadores gerenciais sobre recursos humanos, vale observar que o Departamento de Polícia Federal não possui indicadores.

### *Dificuldades/Problemas Enfrentados*

No tocante ao Plano Especial de Cargos, percebe-se nitidamente a carência gritante de servidores administrativos em todas as unidades, inclusive com Delegacias Descentralizadas que muitas vezes dispõe de apenas um Agente Administrativo lotado, como é o caso de Eptaciolândia/AC.

Em razão da insuficiência de pessoal nas atividades administrativas desenvolvidas pela Polícia Federal, tem sido observado que está claramente prejudicando a administração em eficiência, tendo esta sido obrigada a criar um sistema de triagem criterioso que estabeleceu as atividades mais prioritárias de modo a atender as necessidades mais urgentes e importantes, visando o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis.

É imperativo que seja também recomposto o quadro de servidores policiais, e principalmente de servidores administrativos de todas as categorias, para que as atividades de caráter policial possam ser realizadas a contento e a execução das tarefas administrativas que vão dar suporte a execução da atividade policial propriamente dita, sejam feitas sem solução de continuidade.

### *Estudos*

Em virtude da publicação da Instrução Normativa nº 004/2009 – DG/DPF de 18 de março de 2009, que dispõe sobre o quadro de cargos policial, lotação, remoção e movimentação dos servidores do DPF, foi publicada a Portaria nº 463/2009 – DG/DPF de 05 de agosto de 2009 fixando o Quadro de Cargos Policial (QCP) do Departamento de Polícia Federal, o qual definiu o Efetivo Previsto (EP), o Efetivo atual da Unidade (EA) e o Claro de Lotação (CL). Vide quadro:

QUADRO DE CARGOS POLICIAIS															
UNIDADES	DPF			PCF			APF			EPF			PPF		
	EP	EA	CL	EP	EA	CL	EP	EA	CL	EP	EA	CL	EP	EA	CL
SR/DPF/AC	20	20	0	14	14	0	63	63	0	16	16	0	4	4	0
DPF/CZS/AC	4	2	2	0	0	0	24	24	0	5	5	0	1	1	0
DPF/EPA/AC	3	3	0	0	0	0	24	24	0	3	3	0	0	0	0



## DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

### Relatório de Gestão de 2009

#### *Proposta/Sugestões*

Uma vez que a Portaria nº 463/2009 de 04.08.2009 contempla Claros de Lotação apenas para 02 (duas) vagas de Delegados para a Superintendência Regional da Polícia Federal no Acre, as remoções propostas por esta Administração Regional, visando dar continuidade à política de apoio, bem como o aumento de efetivo devido à reestruturação das Delegacias descentralizadas e o suporte às Operações de Fronteira, não têm logrado êxito. Assim, propondo-se ainda, que caso não seja possível a imediata adoção da proposta ideal como claros de lotação para a SR/AC, seja autorizado um acréscimo de 10% (dez pontos percentual) na lotação atual a título de Claro de Lotação, viabilizando-se assim as remoções pretendidas, bem como as já propostas e não alcançadas, sendo certo que assim poderemos dar continuidade aos trabalhos aqui realizados.

No Tocante a Carreira de Apoio, propomos a realização de concurso público em caráter emergencial, para suprir a falta de servidores administrativos nas Delegacias descentralizadas, Setores e Núcleos desta Superintendência Regional.





#### 4. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

– não ocorreu no período –

#### 5. INFORMAÇÕES SOBRE RESTOS A PAGAR - 2009

Quadro 29. Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009 UG -200380

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	-	-	-	-
2007	-	-	-	-
2006	-	-	-	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	803.108,06	180.084,08	623.023,98	-
2007	141.214,81	14.595,84	126.618,97	-
2006	300.607,35	148.055,88	152.551,47	-
Observações:				

Fonte: SIAFI Gerencial

Quadro 30. Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009 UG -200381

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	-	-	-	-
2007	-	-	-	-
2006	-	-	-	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	192.289,21	1.324,00	190.965,21	-
2007	141.214,81	-	56.504,00	-
2006	-	-	-	-
Observações:				

#### *Considerações*

Abordando-se de maneira sucinta, cumpre a Contabilidade Pública a função ordinária, comum à contabilidade empresarial, e outra extraordinária. No entanto, a função extraordinária é mais antiga e, mesmo hoje, é o objeto de maiores preocupações por parte das pessoas e órgãos que procedem aos registros contábeis, daqueles que prestam contas da aplicação dos recursos e dos que examinam essas prestações de contas.



## DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

### Relatório de Gestão de 2009

Os restos a pagar constituem compromissos financeiros exigíveis que compõem a dívida fluante e podem ser caracterizados como as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro de cada exercício financeiro. A Inscrição em Restos a Pagar decorre da observância do Regime de Competência para as despesas.

Portanto, as despesas empenhadas, não pagas até o dia 31 de dezembro, não canceladas pelo processo de análise e depuração e, que atendam os requisitos previstos em legislação específica, deve ser inscritas em Restos a Pagar, pois se referem a encargos incorridos no próprio exercício.

Resto a Pagar Processados nada mais é do que despesas legalmente empenhadas cujo objeto do empenho já foi recebido, ou seja, aquelas cujo segundo estágio da despesa (liquidação) já ocorreu, caracterizando-se como os compromisso do Poder Público de efetuar os pagamento aos fornecedores.

No tocante a Restos a Pagar Não Processados, pode ser classificado como as despesas legitimamente empenhadas que não foram liquidadas e nem quitadas até 31 de dezembro do mesmo exercício, ou seja, verifica que não ocorreu o recebimento de bens e serviços no exercício de emissão do empenho. Entretanto, pelo entendimento da Lei nº 4.320/64, os restos a pagar não processados devem ser escriturados como obrigação. Com esse artifício a Contabilidade Pública acata a referida lei, mas fere o “Princípio da Competência”, o qual define que a despesa só deve afetar o resultado do exercício no momento em que ocorreu o seu fato gerador.

Na Superintendência Regional no Acre, como ilustrado nos quadros 29 e 30 acima, verifica-se que não houve Restos a Pagar processados durante os anos de 2006 a 2008.

Por outro lado, observa-se um crescimento bastante expressivo durante o exercício financeiro de 2008 quanto a Restos a Pagar não Processados, comparado ao ano de 2007 e 2006. Durante o ano de 2009 buscou-se de sobremaneira evitar esse tipo de procedimento que acarreta sempre prejuízo futuro a administração, que no exercício seguinte corre o risco de ficar engessada. Mesmo buscando-se esse objetivo, não foi possível arcar com toda a despesa orçada para o ano de 2009, principalmente pelo corte fiscal efetivado pela União naquele ano.

A SR continuará sempre evitar esse tipo de procedimento, pois a inscrição desse tipo de despesa poderá constituir uma assunção de obrigações em volume superior à capacidade de pagamento, o que fatalmente acarretará no comprometimento de receitas futuras, prejudicando de maneira significativa o início de cada exercício financeiro.



**6. TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE, TERMO DE PARCERIA OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES**

– não se aplica –

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Acre não realiza transferência de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, tal atribuição é privativa do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal.

**7. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA**

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -

**8. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS**

– não se aplica –

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Acre não firma Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos, tal atribuição é exclusiva do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal.

**9. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA**

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -

**10. OPERAÇÕES DE FUNDO**

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -



**11. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO**

**11.1. RECOMENDAÇÕES DA CGU**

- Não ocorreu no período –

**11.2. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU**

Durante o exercício de 2009 foram julgadas pelo TCU – órgão de controle externo – as contas da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Acre referente aos exercícios de 2006 e 2007.

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Acre recebeu 05 determinações e nenhuma recomendação do Tribunal de Contas da União, conforme detalhado no quadro abaixo.

**Quadro 31. Relatório de cumprimento das deliberações do TCU – Referente às Contas de 2006**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ACRE					
Deliberações do TCU – Contas 2006					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC 018.651/2007-0	ACÓRDÃO N.º 6170/2009	1.6.1.1	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Regional de Polícia Federal no Acre					
Descrição da Deliberação:					
Regularize, se ainda não fez, as prorrogações de cessão do servidor de matrícula Siape n.º 1338313, em atendimento ao disposto no art. 2º, parágrafo unido, do Decreto n. 4.050/2001, bem como adote providências junto ao órgão cessionário para que promova o tempestivo repasse da frequência e quaisquer registros de fatos relevantes da vida funcional do servidor cedido.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Setor de Recursos Humanos da SR/DPF/AC					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
O gestor atual cobrou providências, ao Chefe do Setor de Recursos Humanos da Superintendência Regional no Estado do Acre, responsável pela gestão de pessoal, para que a deliberação acima fosse cumprida em sua integralidade.					
Síntese dos resultados obtidos					
Controle mais rígido no tocante a cessão de servidores do Departamento de Polícia Federal a outros Órgãos Federativos.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Por tratar-se de cessão de Servidor para o Governo do Estado do Rio de Janeiro, já houve gestões junto ao Setor competente daquele Estado para a solução de tal impasse. Ocorre, que até a presente data não foi encaminhada resposta quanto ao aludido questionamento.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ACRE					
Deliberações do TCU - Contas 2006					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC 018.651/2007-0	ACÓRDÃO N.º 6170/2009	1.6.1.2		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação			Código SIORG		
Superintendência Regional de Polícia Federal no Acre					
Descrição da Deliberação:					
Nas próximas sindicâncias e/ou processos disciplinares, promova a imediata notificação e cobrança dos valores que porventura venham a ser imputados a seus servidores.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação			Código SIORG		
Corregedoria de Regional de Polícia Federal					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
A deliberação acima referenciada, por tratar-se de assunto pertinente a apurações de infrações/transgressões disciplinares, foi encaminhado a Corregedoria Regional - COR/DPF/AC, com o fito de ser emitido expediente da nova metodologia apresentada pelo TCU.					
Síntese dos resultados obtidos					
A determinação está sendo observadas em todas as sindicâncias e/ou processos disciplinares.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Até o presente momento não houve nenhum caso administrativo na SR/DPF/AC, que encontrasse guarida no procedimento em tela.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ACRE					
Deliberações do TCU - Contas 2006					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC 018.651/2007-0	ACÓRDÃO N.º 6170/2009	1.6.1.3		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação			Código SIORG		
Superintendência Regional de Polícia Federal no Acre					
Descrição da Deliberação:					
Nos pagamentos futuros que venha a realizar a prestadores de serviços, promova a devida retenção e o recolhimento das Contribuições previdenciárias incidentes, em observância a disposto no art. 216-A, <b>caput</b> , do Decreto n. 3.048/1999.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação			Código SIORG		
Setor de Suprimento de Fundos da Superintendência Regional					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Determinou-se ao Setor de Suprimento de Fundos que orientasse a todos os servidores supridos com liberação de suprimento de fundos que, em caso de serviços prestados por pessoa física (90.30.36) que procedessem o imediato recolhimento das					



**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**Relatório de Gestão de 2009**

contribuições previdenciárias incidentes. Também o setor mencionado foi norteado que não fossem aceitas quaisquer justificativas apresentadas, no momento da prestação de contas, por parte dos agentes supridos.
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>
Mencionasse que até o presente momento não detectou-se que tal orientação tenha sido descumprida.
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ACRE					
Deliberações do TCU - Contas 2006					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC 018.651/2007-0	ACÓRDÃO N.º 6170/2009	1.6.1.4		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Regional de Polícia Federal no Acre					
Descrição da Deliberação:					
Abstenha-se de ocupar as áreas interditadas pelo Laudo de Vistoria n. 189/DAT/2005, do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre, atualmente utilizadas pela Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico – DELEMAPH como depósito, até que sejam providenciados os reparos que as coloquem em plenas condições de segurança.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Delegado Regional Executivo – DREX e Núcleo de Engenharia – NUENG					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
O Sr. Superintendente Regional determinou ao Delegado Regional Executivo – DREX, para juntamente com o Núcleo de Engenharia da SR/DPF/AC, providenciassem a imediata desocupação das instalações utilizadas, até que se procedessem os reparos necessários e que caracterizassem as medidas de segurança determinadas.					
Síntese dos resultados obtidos					
Foi providenciada a realocação dos servidores que ocupavam a sala mencionada na decisão do egrégio Tribunal, permanecendo a área interditada até a presente data.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Em virtude do pouco espaço existente na Superintendência Regional, foi necessário que uma sala fosse ocupada por 02 (dois) Delegados de Polícia Federal, o que trouxe transtorno para os trabalhos desenvolvidos, principalmente no tocante a oitivas de acusados ou testemunhas arroladas em Inquéritos Policiais.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ACRE					
Deliberações do TCU – Contas 2006					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC 018.651/2007-0	ACÓRDÃO N.º 6170/2009	1.6.1.5		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG



**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**Relatório de Gestão de 2009**

Superintendência Regional de Polícia Federal no Acre	
<b>Descrição da Deliberação:</b>	
Providencie a imediata avaliação da estrutura da edificação do prolongamento térreo localizado à direita Do Hall de entrada do prédio situado na Rua Floriano Peixoto, n. 874, Rio Branco/AC, de forma a verificar se o setor Apresenta condições de segurança aceitáveis para sua ocupação, especialmente nas salas onde funciona a Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas – DELEARM e, caso necessário, interdite a área até que sejam promovidos os Reparos indispensáveis ao restabelecimento das condições de segurança.	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor responsável pela implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Delegado Regional Executivo – DREX e Núcleo de Engenharia – NUENG	
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>	
Determinou-se ao Sr. Delegado Regional Executivo – DREX, através do Memo n.º 120/2009-SELOG/SR/DPF/AC, Providenciar, em conjunto com o Núcleo de Engenharia, a avaliação imediata área suso mencionada.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
A área em referência foi avaliada pelo Corpo de Bombeiros, através do Laudo de Vistoria n.º 001/DATOP/2010, tendo sido recomendado que a área permaneça interdita, por conter fissuras.	
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	

**Quadro 32. Relatório de cumprimento das deliberações do TCU – Referente às Contas Simplificada 2007**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ACRE					
<b>Deliberações do TCU – Contas 2007</b>					
<b>Deliberações expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
	TC 015.350/2008-0	ACÓRDÃO N.º 6596/2009	1.5.1		
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Superintendência Regional de Polícia Federal no Acre					
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
À Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Acre que proceda ao correto registro de todos os contratos da unidade no sistema SIASG, bem como revise e atualize os dados já cadastrados, de forma a sanar eventuais informações equivocadas, a exemplo do ocorrido no Contrato n.º 5/2007 e seus aditivos, celebrado com a empresa Microline Ltda.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Setor de Contratos da SR/DPF/AC					
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>					
Foi determinado ao Setor de Contratos da unidade que revisassem todos os contratos celebrados pela Superintendência Regional e caso fosse detectado alguma anomalia que se procedesse sua imediata regularização.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Com a providência adotada, o Setor de Contratos da SR/DPF/AC efetuou a revisão de todos os contratos celebrados pela Unidade com empresas prestadoras de serviço, ao passo que não foi apontado as falhas outrora detectadas.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					



**12. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS EM 2009**

– não se aplica –

O envio de informações alusivas a atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007, à CGU, bem como o registro no sistema SISAC são realizados pela Coordenação de Recursos Humanos da Diretoria de Gestão de Pessoal do DPF. Assim, as informações pertinentes aos atos de admissão e concessão do Departamento de Polícia Federal, inclusive desta Superintendência Regional, constarão no Relatório de Gestão do Órgão Central do DPF.





**13. DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL PELOS CONTRATOS E CONVÊNIOS**

**Quadro 33. Declaração do Responsável pela Área de Contratos**

<b>DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE CONTRATOS</b>			
<b>DECLARAÇÃO</b>			
<b>Denominação completa (UJ):</b>		<b>Código das UGs:</b>	
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Acre		200380, 200381	
<p>Declaro que as informações referentes a contratos celebrados pela Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Acre estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, de acordo com o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.</p> <p>Com relação ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, esta Superintendência não firma convênios, contrato de repasse, termo de parceria ou outros instrumento congêneres. Tal atribuição é privativa do Órgão Central do DPF.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	<b>Rio Branco, AC</b>	<b>Data</b>	<b>22 de março de 2010</b>
<b>Responsável</b>	<b>Clediane Tamandaré G. de Oliveira</b>	<b>Matrícula nº</b>	<b>12.776</b>



**14. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA UNIDADE JURISDICIONADA**

Quadro 34. Declaração do Contador

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
<b>Denominação completa (UJ):</b>		<b>Código das UGs:</b>	
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Acre		200380, 200381	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes no Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	Brasília, DF	<b>Data</b>	22 de março de 2010
<b>Responsável</b>	Gladston Guimarães	<b>CRC n°</b>	CRC/DF 012534/O-8



**15. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS, PELOS RESPONSÁVEIS, RELEVANTES PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO**

No exercício de 2009 foi desenvolvido e implantado por servidores policiais, com conhecimento na área de Tecnologia da Informação, na Superintendência Regional e suas descentralizadas, o Sistema de Gerenciamento Policial - SIGEPOL.

Com o advento de tal sistema, foi possível uma economia expressiva de material e de recursos humanos por parte da administração, com um considerável ganho em eficiência, otimização e operacionalização do trâmite burocrático de documentos inerentes ao Órgão. Frisasse a diminuição de material de consumo, pois se passou a imprimir menos documentos como memorandos e despachos, pois sua tramitação passou a ser via intranet. Ainda, em referência ao sistema SIGEPOL, foi possível aumentar o controle da frota de veículos da Superintendência por parte do Gestor, que passou a controlar em tempo real, a entrada e saída das viaturas policiais, dentre outros benefícios.

No exercício de 2010 deverão ser buscados recursos orçamentários para construção na nova Sede da Polícia Federal no Estado do Acre, visando a segurança das pessoas e das instalações, a preservação do material apreendido e pertencente ao acervo da Superintendência, além da manutenção preventiva e corretiva das instalações.

**EDGARD RODRIGO CORDEIRO DE SOUZA**  
Agente de Polícia Federal  
Chefe do Setor de Administração e Logística Policial  
Matrícula 14.229

**JOSÉ CARLOS CHALMERS CALAZANE**  
Delegado de Polícia Federal  
Superintendente Regional  
Matrícula 2.160